

Bertrand Lira

NO AR: AS PEQUENAS NOTÁVEIS!

A experiência de rádios livres no Brasil



Bertrand Lira

NO AR: AS PEQUENAS NOTÁVEIS!

A experiência de rádios livres no Brasil



Marca de Fantasia

Parahyba, 2023. 3a edição

NO AR: AS PEQUENAS NOTÁVEIS!

A experiência de rádios livres no Brasil

Bertrand Lira

Série Veredas, 56. 2023. 3ed. 76p.



MARCA DE FANTASIA

Rua João Bosco dos Santos, 50, apto. 903A
Parahyba (João Pessoa), PB. Brasil. 58046-033
marcdefantasia@gmail.com
<https://www.marcadefantasia.com>

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia, CNPJ 09193756/0001-79 e um projeto de extensão do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais, do Departamento de Mídias Digitais da UFPB

Editor/designer: Henrique Magalhães

Conselho editorial

Adriana Amaral - Unisinos, RS	Marcelo Bolshaw - UFRN
Adriano de León - UFPB	Marcos Nicolau - UFPB
Alberto Pessoa - UFPB	Marina Magalhães - UFAM
Edgar Franco - UFG	Nílton Milanez - UESB
Edgard Guimarães - ITA/SP	Paulo Ramos - UNIFESP
Gazy Andraus - FAV-UFG	Paulo Vieira - UFPB
Heraldo Aparecido Silva - UFPI	Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP
José Domingos - UEPB	Waldomiro Vergueiro - USP

Esta obra baseia-se no trabalho final no I Curso de Especialização em Metodologias da Comunicação, promovido pelo Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, apresentado em março de 1990.

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.

ISBN 978-65-86031-85-0

(...) Invadindo o éter, interferimos com uma programação bastante marginal com grupos, músicos e artistas que não veiculam normalmente nos meios tradicionais, fazendo o que podemos (e segundo a LEI, o que não podemos) para alterar esse quadro GLOBAL.

Barba Ruiva e seu infiel crocodilo Tic-Tac. Dez. 1987
(extraído de um manifesto da Rádio Capitão Gancho)

Sumário

Introdução	6
1. As rádios livres no mundo	11
2. Rádios livres no Brasil	15
As rádios livres e suas diversas denominações	
Pipocam aqui, ali...Em Sorocaba 42 invadiram o dial	
Nos céus de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e João Pessoa tem algo de novo no ar	
3. A experiência da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba	28
A Rádio Tirana destila seu veneno no ar bucólico da cidade	
Como funcionava a Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba	
4. O monopólio estatal e as concessões:	
os apadrinhados levam a melhor	36
Rádios livres, a que será que se destinam?	
Referências	44
Apêndices	
1. Projeto de Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998	
que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária	46
2. Transcrição do <i>script</i> da primeira emissão da Rádio Tirana	56



Introdução

O Artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos, que discorre sobre a liberdade de pensamento e de expressão, assegura, no seu parágrafo 1º, que “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística ou por qualquer outro processo de sua escolha”. O parágrafo 3 determina que “Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos (...), de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias ou opiniões”.

A Convenção Americana dos Direitos Humanos foi celebrada em San José da Costa Rica em 22 de novembro de 1969, ano em que o Brasil vivia sob uma ferrenha Ditadura Militar. O Pacto de San José da Costa Rica, como ficou conhecido, só foi incorporado a nossa Constituição através do Decreto Lei 678 de 06 de novembro de 1992, ou seja, quase trinta anos depois do referido pacto.

Teoricamente, as rádios livres e comunitárias, a partir desta data, têm sua existência garantida na Constituição brasileira. Na prática, o que vem acontecendo até o momento é a frequente perseguição àqueles que desejam o pleno exercício da cidadania através do livre fluxo de informações e ideias. Recorrendo ao Artigo 70 do Decreto-lei 236 de 28 de fevereiro de 1967 (que complementa a também autoritária Lei 4.117

de 1962), o Estado considera crime a instalação ou utilização de telecomunicações, ferindo um direito assegurado à população, sem a observação do Artigo 5º, Inciso IX, que diz ser “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licença.”

Durante todo esse período, o Poder Público vem reprimindo, ora de forma mais branda, ora de forma truculenta, as atividades de livre radiodifusão (rádios livres e comunitárias) no Brasil. Até março de 1998, o número de emissoras comunitárias espalhadas no País era estimado em 1500, o que reflete o desejo da sociedade brasileira de ter acesso aos seus próprios canais de expressão. Uma luta estoica neste sentido tem sido travada desde a explosão das chamadas rádios livres nos anos 1980 em algumas metrópoles brasileiras. Atualmente, os que fazem as rádios comunitárias estão organizados em entidades representativas em nível local e nacional. A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), com sede na cidade do Rio de Janeiro, congrega associações congêneres de atuação local e regional: no Rio Grande do Sul, a AGRAÇO (Associação Gaúcha de Radiodifusão Comunitária); na Bahia, a ARCOBA (Associação de Radiodifusão Comunitária da Bahia); no Piauí, a ARCEPI (Associação de Radiodifusão Comunitária do Estado do Piauí); na Paraíba, a APRAÇO (Associação Paraibana de Radiodifusão Comunitária), entre outras.

Criada em 23 de maio de 1997, por representantes de emissoras de rádios comunitárias e associações de diversas cidades da Paraíba, a APRAÇO conta com aproximadamente 30 entidades em processo de filiação. Associação de abrangência estadual, a APRAÇO tem como razão maior da sua existência a defesa dos interesses de suas associadas, como também o estímulo e o apoio a outras entidades interessadas na comunica-

ção e radiodifusão comunitária, visando a estruturação do movimento na Paraíba sempre em consonância com as orientações e determinações da liderança do movimento no Brasil. A criação da APRAÇO, como das outras associações irmãs noutros estados, constituiu-se numa reação organizada às frequentes investidas do Estado, através de ações judiciais e do seu aparato policial, lacrando ou apreendendo transmissores e equipamentos e ordenando prisões dos seus organizadores.

A atuação dessas emissoras e as reivindicações da sociedade civil junto ao Poder Público no decorrer desses anos resultaram na aprovação da Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998 que se encontra na íntegra no apêndice deste livro. O Projeto de Lei, substitutivo aprovado pela Comissão da Ciência, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, considerado a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operado em baixa potência (o máximo 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a 30 metros) e cobertura restrita (a comunidade de um bairro e/ou vila), outorgada a Fundações e Associações Cívicas, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

A partir dessa lei, as rádios comunitárias deram início a uma disputa pelas concessões. O primeiro passo é o registro legal da associação ou entidade, cujos dirigentes devem ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida. Uma das exigências mais importantes é o da instituição de um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades (associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas) da comunidade local. O Conselho terá como função o acompanhamento da programação da emissora a fim de observar o atendimento

do interesse da comunidade. Seus representantes deverão manifestar oficialmente apoio à iniciativa quando do pedido de habilitação ao Poder Concedente.

Quando houver mais de uma entidade solicitando a prestação do serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas. Não havendo essa possibilidade, o critério de escolha será o da “evidente e notória representatividade, através de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou entidades associativas comunitárias que os representem.” Havendo dois projetos que possuam o mesmo grau de representatividade, a seleção da entidade dar-se-á por sorteio. Depois desta última instância, a associação deverá esperar a outorga que é dada pelo Congresso Nacional. O Projeto de Lei 9612, embora não concretize a democratização plena dos veículos de comunicação, significa um avanço na luta por maiores conquistas no futuro. O caminho está aberto.

Esta pesquisa, ora transfigurada em livro, foi apresentada como trabalho final no I Curso de Especialização em Metodologias da Comunicação, promovido pelo Departamento de Comunicação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, entre agosto de 1988 e março de 1990. A monografia “No ar: as pequenas notáveis! A experiência das rádios livres no Brasil” está reproduzida aqui na íntegra. Foram acrescentados esta introdução e o Projeto de Lei 9612 de 19/02/1998, visando atualizar o leitor sobre a política do governo brasileiro para a radiodifusão comunitária.

No Capítulo 1, traçamos um breve histórico do surgimento das rádios piratas e rádios livres no mundo. No Capítulo 2, são discutidos os diversos conceitos de rádio livre numa tentativa de explicar as diferentes denominações que esta prática tem recebido para, em segui-

da, apresentarmos um histórico das primeiras emissões clandestinas no Brasil na década de 1970. Neste capítulo será abordado também o *boom* de rádios chamadas de clandestinas de Sorocaba e o movimento de rádios livres de São Paulo, com sua consequente repercussão no resto do país. A experiência paraibana com essa forma alternativa de comunicação é o tema do Capítulo 3. A questão do monopólio estatal e da outorga de concessões para o uso das ondas eletromagnéticas é discutida no quarto e último capítulo, que encerra também a parte conclusiva do trabalho com um posicionamento do autor sobre a importância da prática de rádios livres.

As rádios livres no mundo

Elas são chamadas de piratas, livres, clandestinas, de quarteirão, periféricas e alternativas. Estas denominações são empregadas, indiscriminadamente, para qualquer emissora de rádio que ocupe uma faixa de frequência a fim de realizar emissões sem a permissão dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle da radiodifusão no território onde elas se inserem. O que essas rádios têm em comum é o fato de contestarem, na prática, o monopólio exercido pelo Estado sobre o uso das ondas eletromagnéticas, quer seja como explorador, ele próprio, da radiodifusão ou através de concessões a terceiros a título precário. Desta forma, o Estado exerce dois tipos de controle: um institucional, apoiado numa legislação centralizadora e na força da coerção do aparato policial; e outro econômico, estabelecendo critérios técnicos para a outorga do direito de transmissão.

A tentativa de romper com esse controle estatal não é um fenômeno novo no mundo. Ele teve início poucos anos depois do advento da radiodifusão, nas experiências de rádios sindicais na Áustria, Países Baixos e Estados Unidos. No entanto, o monopólio do Estado sobre as ondas de rádio só foi posto em xeque de forma ostensiva com o surgimento das chamadas *rádios piratas* ou *periféricas* na Europa, mais precisamente na Inglaterra, a partir do final dos anos 1950. A primeira rádio pirata britânica foi a *Rádio Merkur*, que passou a emitir em 1958 da costa da Dinamarca. O auge das rádios piratas na Inglaterra se dá

em 1964 com o aparecimento da *Rádio Veronique* (emitindo da Holanda) e das rádios *Carolina* e *Atlanta*, na costa da Grã-Bretanha, tornando assim a pirataria “um fenômeno tipicamente inglês” (MACHADO, MAGRI, MASSAGÃO, 1986, p. 60).

As rádios piratas e periféricas europeias tinham suporte financeiro de multinacionais de olho no potencial publicitário que essas emissoras representavam. O espaço publicitário se tornou tão valorizado com o aparecimento das rádios piratas que o comercial mais barato, com duração de 20 segundos, era vendido a 50 libras esterlinas. Suas emissões eram realizadas com a instalação de aparelhos transmissores em antigos fortins marítimos localizados à altura da costa britânica, ou em barcos além das suas águas territoriais. As rádios piratas não estavam, por conseguinte, subordinadas à tutela do Estado.

A programação das rádios piratas não diferenciava do que hoje oferecem as emissoras comerciais. Para proporcionar uma alternativa à sisuda e tediosa programação das emissoras estatais, as rádios piratas serviam um banquete de música pop e introduziram no velho continente a figura descontraída do *disc-jóquei* inventada na América. Com esse cardápio conseguiram enorme penetração junto ao público, roubando o lugar das emissoras legais no gosto popular.

A lei britânica ameaçava não só os organizadores das rádios piratas como também qualquer cidadão que colaborasse com elas, como demonstra o texto a seguir extraído de um artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* de 14 de agosto de 1967: “Todo cidadão britânico que faça publicidade nas estações piratas, que participa de suas emissões ou abasteça de víveres, material ou elementos sonoros, incorrerá na pena de dois anos de prisão e 1.000 libras de multa”.

Nesta época, onze rádios piratas apontavam suas antenas e emitiam, sem interrupção, para a Grã-Bretanha, com destaque para as rádios *Carolina* (criada em 1964), *Inglaterra, Nord, Londres* (que fechou no mesmo dia do decreto governamental acima mencionado), *Atlanta, Verônica e Suíça*.

A alcunha pirata vem do fato dessas emissoras operarem de barcos em alto-mar, fora das águas territoriais da Grã-Bretanha como forma de burlar a tutela estatal. “Era costume erguer uma bandeira negra, como a dos corsários, nos barcos emissores, e esse detalhe deu origem à expressão rádios piratas” (*Idem, Ibidem*). Acrescente-se a isso o detalhe de que essas emissoras queriam tornar a atividade de radiodifusão um negócio rentável. Ao se organizarem numa perspectiva empresarial, as rádios piratas “buscavam o ouro, através da conversão do rádio num veículo comercialmente lucrativo. Eram financiadas basicamente por multinacionais como a Ford, Lever e American Tobacco, que tinham interesses comerciais no mercado europeu e precisavam fazer seus informes publicitários perfurarem o edifício do monopólio” (*Idem, Ibidem*).

Uma nova proposta de luta contra o monopólio do Estado, no que concerne à radiodifusão, surge com as rádios livres na Itália na década de 1970, marcando uma segunda fase desse tipo de movimento no mundo. A *Rádio Alice* de Bolonha, que deu sinal de vida em janeiro de 1976, foi um exemplo singular no movimento de rádios livres europeu. Com sua inventividade e ousadia, a *Rádio Alice* teve enorme influência sobre suas irmãs francesas. As rádios livres francesas deram o ar da graça em 1977 quando o governo italiano recrudescia a perseguição às rádios livres que funcionavam como canais de expressão dos movimentos sociais libertários.

Foi na Itália e na França que aconteceram os movimentos de rádios livres mais importantes da Europa, não apenas pela quantidade de emissoras que lá surgiram como pelas propostas revolucionárias de comunicação por elas levantadas. Vejamos a observação de Machado, Magri e Masagão sobre a *Rádio Alice*:

Ora a linguagem era utilizada na sua dimensão instrumental, ocasião em que os microfones eram abertos aos ofendidos de toda espécie; ora a linguagem era experimentada na sua dimensão poética e reinventada numa perspectiva criativa; ora ainda ela explodia como uma operação de guerrilha no seio das mídias dominantes, revertendo a lógica da circulação de mensagens no espaço eletromagnético (*Idem*, p. 70).

As rádios livres no Brasil

Durante dois dias, em Vitória, um estudante de Eletricidade da Escola Técnica Federal do Espírito Santo ligou um pequeno transmissor que havia construído, informando aos que por acaso haviam sintonizado sua frequência de que aquela era a *Rádio Paranóica*, “a única que não entrava em cadeia com a Agência Nacional”. O fato aconteceu no início de 1971. Seis anos depois, desta vez em Sorocaba, São Paulo, outro estudante repetia a façanha com sua *Rádio Spectro*.

A primeira experiência de Sorocaba teve efeito multiplicador. Por volta de 1982 a cidade já tinha mais de quarenta rádios “clandestinas”, todas operadas por radioamadores que faziam das emissões um *hobby* como outro qualquer. As rádios “clandestinas” de Sorocaba surgiram sem que seus mentores tivessem qualquer informação da existência das rádios piratas do final dos anos 1950 na Inglaterra e do movimento de rádios livres na França e na Itália dos anos 1970. A efervescência europeia veio refletir diretamente na explosão das rádios livres que aconteceu em 1985 na cidade de São Paulo.

As rádios livres e suas diversas denominações

No Brasil, as rádios livres também são chamadas de piratas, clandestinas, alternativas, de quarteirão e até de independentes. Destas denominações, apenas o termo pirata nada diz dessas emissoras porque

piratear significa tirar algo ilegalmente de alguém. Os que fazem rádios livres reivindicam o direito de uso, por todos, do que consideram um bem público, o ar. As rádios livres são, de certa forma, emissoras clandestinas, alternativas, de quarteirão e independentes pelas seguintes características:

Clandestinas - emitem na clandestinidade, desobedecendo o código que rege o uso das ondas eletromagnéticas, estando sujeitas, portanto, a punições previstas em lei.

Alternativas - constituem uma alternativa às emissoras comerciais e estatais, não só no que diz respeito ao conteúdo de sua programação como também na questão da participação do emissor-receptor.

De quarteirão - o raio de alcance dessas emissoras, localizadas em sua grande maioria nas grandes metrópoles, não ultrapassa alguns poucos quarteirões.

Independentes - elas são independentes em dois aspectos: primeiro porque existem sem que para isso dependam da concessão governamental; e segundo porque se recusam a enveredar pelo esquema de sustentação publicitário.

A rejeição à alcunha de pirata está sintetizada na frase-slogan constantemente citada nos manifestos das rádios livres: “Piratas são eles. Não estamos atrás do ouro”. Reforça essa postura o fato de que as cooperativas de rádios livres existentes no país têm como atividade principal o incentivo, através de apoio técnico-logístico e empréstimo de transmissor, a grupos organizados que queiram lançar mão de um aparelho transmissor para dinamizar suas lutas políticas.

Para se conseguir um equipamento de rádio (transmissor e antena), o grupo integrante de uma cooperativa de rádio livre só tem que pagar a quantia necessária para a compra das peças e o trabalho do técnico em eletrônica responsável pela montagem. A montagem leva em média de oito a dez dias. Os transmissores são entregues aos grupos à medida que vão sendo aprontados, seguindo a ordem de inscrição. Assim funciona, por exemplo, a Cooperativa de Rádios Livres de São Paulo, fundada em 1985. Nessa época, a CRL de São Paulo promoveu diversos encontros com integrantes de rádios livres já em atividade e com militantes de movimentos populares, de partidos políticos e sindicatos interessados em montar suas emissoras.

Pipocam aqui, ali... Em Sorocaba 42 invadiram o dial

A *Rádio Paranóica* foi a primeira. A 4 de fevereiro de 1971, em plena ditadura militar, o jornal *O Estado de S. Paulo*, através do seu correspondente em Vitória, noticiava a existência de uma rádio clandestina que esteve no ar durante apenas dois dias irradiando música jovem. O som da primeira rádio clandestina do país foi ouvida em horários alternados, na faixa dos 1494 khz, na Grande Vitória. O autor da façanha foi Eduardo Lima Ferreira, um estudante do primeiro ano do curso de Eletricidade da Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Detido pela Polícia Federal, o estudante justificou a aventura como fruto de sua curiosidade de aprendiz de eletrônica. Dizia a matéria: “Por brincadeira também usava como slogan ‘a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional’, pois não saberia como fazê-lo”.

O inquérito em torno do caso da *Rádio Paranóica* concluiu que tudo não passou de uma “infantilidade do estudante, sem maiores compli-

cações”. Na mesma matéria levantou-se a possibilidade da existência de outra emissora clandestina em Vitória. A brincadeira se repetiria seis anos depois, não mais em Vitória. A segunda rádio livre brasileira foi ouvida em Sorocaba, São Paulo, e se chamava *Rádio Spectro*. Desta vez, o “aventureiro” atendia pelo nome de Roberto, 16 anos, estudante de eletrônica por correspondência. A *Rádio Spectro* teve mais sorte do que a *Paranóica*. Iniciou transmitindo sinais para o aparelho de som do próprio Roberto; depois para os da vizinhança e, três anos mais tarde, em 1980, já alcançava os receptores de Frequência Modulada (FM) num raio de cinco quilômetros.

Tudo começou quando Roberto “Spectro” construiu um transmissor à válvula em Amplitude Modulada (AM) e uma antena, colocada em volta de sua casa. Com um radinho de pilhas nas mãos ia se afastando para testar o alcance do seu invento. O garoto não tinha informação nenhuma sobre Frequência Modulada (FM) até que chegou a Sorocaba a *Rádio Vanguarda FM*. Embora o nome soe a guerrilha, a rádio nascia com as bênçãos do Ministério das Comunicações. Atraído pela novidade, Roberto comprou um fascículo da revista *Saber Eletrônico* e com o esquema de montagem de uma rádio FM construiu o seu transmissor. A *Rádio Spectro* veio a ser a segunda FM e a primeira rádio livre da cidade, emitindo na frequência de 101,9 Mhz.

A programação da *Spectro* era quase essencialmente musical e, no que diz respeito ao conteúdo, não diferenciava muito das emissoras comerciais da época. Roberto e seu irmão chegavam a gravar programas da *Rádio Jovem Pan 2* de São Paulo para colocar no ar. Os dois improvisavam novelas, comerciais (o do cabeleireiro, por exemplo, onde os dois cortavam o cabelo), informativos (a partir da leitura ao vivo de jornais locais, com ênfase nas matérias de cultura) e até aulas

(ensinando a garotada a fazer seus exercícios escolares pelo rádio). A *Rádio Spectro* tentava não interferir nas emissoras legais de Sorocaba e nem tampouco nos sinais das emissoras da cidade de São Paulo que chegavam lá, “para não causar inimizade e nem a zanga dos ouvintes”¹.

Os irmãos “Spectro” não tinham uma preocupação com a ilegalidade da prática de rádio livre. Tanto é que divulgavam no ar o número do telefone do “estúdio” da emissora para que os ouvintes ligassem solicitando música ou para participar de sorteios que eles promoviam todas as noites. A *Rádio Spectro* recebia de 20 a 25 chamadas por noite, único turno em que os irmãos ligavam seu transmissor de 3 watts, que tinha um alcance médio de 20 km. A emissão durava apenas duas horas, das 20 às 22 horas. Essa fase se deu por volta de 1980 a 1981. Nesta época, mais de dez emissoras aderiram à brincadeira e invadiram o ar sorocabano, interferindo umas nas outras, provocando assim, a ira dos ouvintes.

Se as emissoras legais de todo o país entravam em cadeia nacional para transmitir “A Hora do Brasil”, as rádios clandestinas de Sorocaba não deixavam por menos. Todos os dias, a partir de uma hora da manhã, aproximadamente vinte delas se uniam numa só emissão cobrindo toda a cidade. Foi nesta época, segundo Roberto Spectro, que sobreveio o *boom* das rádios livres sorocabanas. Desta forma os radioamantes² podiam passar aos interessados o *know-how* para a montagem de um transmissor. Nessas alturas, o proprietário da única FM legal de Sorocaba e o PX Clube local juntaram forças, em 1982, para pressionarem contra as clandestinas.

1. Depoimento de Roberto Spectro à professora Sandra M. C. Albuquerque do Departamento de Comunicação (DECOM) da UFPb, no primeiro semestre de 1984.

2. Diz-se dos aficionados e *bricoleurs* (do francês, aquele que exerce toda espécie de ofícios) da eletrônica.

Na tentativa de harmonizar as frequências das rádios clandestinas e evitar interferências nas emissoras legais, foi criado o Conselho de Rádios Clandestinas de Sorocaba. Mas, segundo o animador da *Rádio Spectro Voyage*, não houve sucesso: “indicávamos uma frequência no dial para uma rádio qualquer e já no dia seguinte apareciam duas ou três novas” (SERVA, 1984).

A *Rádio Spectro* entrou em recesso antes mesmo da ação repressiva do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), órgão oficial encarregado de fiscalizar as transmissões de rádio e televisão no país. Houve uma época em que a *Spectro* saiu de cena durante seis meses para voltar com o nome de *Rádio Spectro Clandestina*. Veiculando o repertório musical das bandas locais, a partir do registro ao vivo dos seus shows, e de artistas da MPB oriundos de gravadoras independentes, a *Spectro* passou por uma fase nitidamente alternativa. Foi uma tentativa de oferecer uma programação diferente das emissoras comerciais. Trabalho e estudo afastaram os irmãos Spectro das atividades radiofônicas. A *Rádio Spectro* desligou seu transmissor quando o jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul* começou sua cruzada contra as emissoras clandestinas.

Nos primeiros meses de 1982, segundo o jornal *Cruzeiro do Sul*, já existiam aproximadamente 42 rádios clandestinas espalhadas pela cidade. Em depoimento ao jornal, o Diretor Regional do Dentel em São Paulo, Marcelo Aparecido Coutinho, informava ainda que este número de emissoras “foi sendo reduzido sistematicamente, de um lado pela desorganização existente, com muitas novas piratas entrando no ar, com seus operadores falando palavrões, um dos quais até programava novelas pornográficas e, mais recentemente, pela divisão de grupos entre elas”³.

3. Declaração do Diretor Regional do Dentel em São Paulo, Marcelo Aparecido Coutinho da Silva. Jornal *Cruzeiro do Sul*, 15/03/1984, p. 6.

A constatação da veracidade dessas informações não era tarefa fácil, por conta do escasso material de documentação. A posição contrária do jornal sorocabano em relação ao “levante” de rádios livres na cidade era evidente. Se a quantidade de emissoras livres em 1984 era a mesma de dois anos antes, este dado é uma incógnita. O fato é que este número foi drasticamente reduzido com a chegada do carro rastreador do Dentel, enviado em emissão especial para “coibir os abusos das rádios clandestinas de Sorocaba”, segundo declarou Aparecido Coutinho na mesma reportagem.

Nos céus de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e João Pessoa tem algo de novo no ar

A história se repete. Tecnologias e experiências são transferidas. O ano de 1985 foi muito especial para as rádios livres brasileiras localizadas em São Paulo. Depois de oito meses de emissões ininterruptas, a *Rádio Pirata* de Guararema tem seu transmissor apreendido. Enquanto uma é fechada, outra é aberta. No ar poluído de Sampa, no dia 28 de julho, se respira algo novo. É a *Rádio Xilik* jogando poesia, desejos, emoções, experiências e expressões singulares, música e ideias mil no ar dos bairros de Perdizes, Pompeia, Santa Cecília e Sumaré, os limites de seu alcance. Até o dia 19 de agosto daquele ano, a *Rádio Xilik* tinha ido ao ar umas quinze vezes, sempre de segunda a sexta, a partir das 19 horas, alcançando um raio de cinco quilômetros. De início, as emissões da *Xilik* aconteciam na Pontifícia Universidade Católica (PUC) para depois passarem a ser volantes, cobrindo outros bairros paulistanos.

Diversos grupos utilizavam o transmissor da *Rádio Xilik* em dias e horários diferentes, produzindo programas heterogêneos e com nomes

nada ortodoxos: Microfonias, o Enema, o Sombra, Dr. Otto, Ícata, Mortalha Lilás, Programa do Drácula, Piratas São Paulo, entre outros. Alguns desses grupos produziam com frequência, outros não. Isso fazia com que a duração das emissões fosse irregular. Uma transmissão da emissora poderia durar até cinco horas quando se tinha material gravado. Nenhuma emissão, contudo, durava menos de uma hora. Às vezes o mesmo material que a *Xilik* jogava no ar era emprestado à *Rádio Sibéria*, cujo transmissor emitia da PUC e pertencia a um estudante da instituição.

A *Rádio Sibéria* foi criada em 1983, antes mesmo do *boom* das rádios livres de São Paulo, quando da ocupação da reitoria da PUC pelos estudantes que viam no rádio um canal eficiente para veicular informações e boletins, indispensáveis na mobilização da classe. A *Rádio Sibéria* só ia ao ar quando uma situação especial assim exigia.

Como uma espécie de embrião da futura *Cooperativa de Radioamantes*, que surgiu meses depois em São Paulo, a *Rádio Xilik*, além de incentivar a produção de programas, através de sua veiculação, apoiava no que era necessário aos grupos interessados na aquisição de transmissores. Para isto, contava com um contingente de aproximadamente 27 pessoas fixas e de outras que se alternavam de forma irregular em torno das atividades da rádio.

A *Xilik* promoveu no dia 21 de setembro de 1985 a famosa “Marcha Sem Motivo” pelas ruas de São Paulo que, segundo seus promotores, “tinha todos os motivos, possíveis e imaginários”. Nessa caminhada, os *radioamantes* continuaram, agora nas ruas, as discussões iniciadas a partir da vinda, em agosto daquele ano, do filósofo e psicanalista francês, Felix Guattari. O articulador das rádios *Alice*, de Bolonha, e *Tomate*, de Paris, deu o empurrão que faltava para que a discussão sobre as

rádios e tevês livres entrasse na ordem do dia e o chamado *radiomovimento* tomasse um grande impulso.

Com a máxima “Queremos a reforma agrária no ar”, a *Cooperativa de Radioamantes* tinha como desejos e metas as seguintes propostas: “socializar os conhecimentos técnicos e possibilitar a construção de novos transmissores a todos os interessados; prestar solidariedade, no caso de repressão, a qualquer grupo de *radioamantes*; socializar os programas e os estúdios de produção; estabelecer uma ética de rádios livres que discorra sobre os limites da potência, interferência de sinais e outros assuntos de interesse comum; além de invadir e ocupar definitivamente a atmosfera” (ALBUQUERQUE, 1986).

A *Cooperativa de Radioamantes* era o adubo que faltava para o ar da Paulicéia. Floresceram as rádios *Ilapso*, *Se Ligue Suplicy*, *Rede Totó*, *Ternura de Telecomunicações*, *Molotov*, *Trip*, *Livre-Gravidade*, *Tereza*, *Vírus*, *Patrulha*, *Rapina FM Itaquara*, *Rádio Tomada*, entre outras, tão efêmeras e esporádicas. Merece uma atenção particular a *Rádio Patrulha Ermelino Matarazzo*. Ela emitiu pela primeira vez, segundo seus

articuladores, em fevereiro de 1985, ou seja, quase seis meses antes da que é considerada a primeira rádio livre de São Paulo, a *Xilik*.



Panflete de divulgação da Rádio Trip

Inspirada no serviço de alto-falantes do bairro que dá nome à emissora, o Ermelino Matarazzo, a *Rádio Patrulha* foi organizada por um grupo de jovens da região que pretendia ir além dos limites do alcance daquele meio de comunicação popular. Com a ajuda de um técnico adquiriram um transmissor que serviria de canal para que “o cidadão, a patroa, a empregada, o trombadinha, e todos os demais se manifestem, falem, ouçam, opinem e participem das necessidades do bairro, enfim, se coloquem livremente sem medo e sem censura” (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, p. 132). A *Rádio Patrulha* esteve inúmeras vezes fora de atividade por diversos motivos, inclusive técnicos e de pessoal. Seu raio de alcance incluía, além de Ermelino Matarazzo, os bairros de São Miguel, Parque Paulistano, Cangaíba, Itaim Paulista, as vilas Ré e Matilde, Cumbica, Guarulhos e Penha.

Uma greve de bancários fez aparecer em São Paulo, na frequência de 106.8 Mhz, a primeira rádio livre sob a direção de um sindicato. Com transmissor emprestado da *Rádio Xilik*, a *Rádio Tereza* foi ao ar pela primeira vez no dia 23 de outubro de 1985, transmitindo, ao vivo, ato contra a dívida externa e o FMI (Fundo Monetário Internacional) no Centro Sindical dos Bancários. O nome *Tereza* é uma gíria para a corda feita com lençóis que os presidiários usam para fugir da prisão.

Os sindicalistas encontram na rádio livre uma forma eficiente de divulgar informações, produzidas pela própria categoria, para fazer frente ao noticiário das grandes empresas jornalísticas comprometidas de uma forma ou de outra com o poder vigente. No ano seguinte, já com transmissor próprio, os sindicalistas utilizaram novamente o rádio para a mobilização da categoria.

Desta vez, o uso do rádio foi imprescindível, pois a Polícia Federal havia apreendido todos os carros de som que o sindicato possuía. A

Rádio Tereza cumpriu sua missão de ser “uma opção de informação, principalmente no que rola no meio sindical...” (*Idem*, p. 124). Outra emissora filha de uma organização sindical paulista foi a *Rádio Invasão*, de membros do Sindicato dos Bancários, Metalúrgicos e Químicos. Operando na frequência de 107, 8 Mhz, a rádio cobria os bairros de Santo Amaro e Parelheiros, zona sul da cidade de São Paulo.

A política de proliferação das rádios livres levada a cabo pela *Cooperativa de Radioamantes* surtiu o efeito desejado. O número de emissoras foi se multiplicando. Em meados de 1987, por exemplo, pintavam na zona leste da Grande São Paulo a *Rádio Boigi*, em Mogi das Cruzes; a *Rádio Pirata Evangélica*, em Suzano, especializada em músicas religiosas; e a *Rádio Dengue*, em Barra Funda. Além das emissões radiofônicas, algumas dessas emissoras lançavam mão de outros meios, inclusive impressos, para fazer circular informações sobre suas atividades. A *Rádio Capitão Gancho*, operando de Poá City para Ferraz de Vasconcelos e Suzano, através de seu fanzine *Garrafa*⁴, divulgava as novas rádios que iam surgindo; publicavam manifestos para manter sempre acesa a discussão sobre o monopólio das concessões por parte do Estado. Tudo isso com uma linguagem bem humorada como se pode atestar no trecho a seguir:

Pensamos. Logo...existimos, agimos, erRADIamos, criamos.
No ar, a Rádio Capitão Gancho, quebrando os monopólios
e os espólios.
Com a garrafa chegando onde suas ondas não alcançam.
Mas, também informando⁵.

4. *Fanzine* significa o magazine do fã; neologismo resultado da junção das palavras inglesas *fanatic* e *magazine*. Diz-se das publicações sobre determinado assunto (quadrinhos, música, cinema, televisão, rádio etc.), confeccionadas e distribuídas por fãs para fãs. São um tipo de revista especializada, produzida na maioria das vezes de forma artesanal, em fotocópias ou impressas em pequenas gráficas.

5. Manifesto publicado no Fanzine *Garrafa*, da *Rádio Capitão Gancho*. Poá, SP.

Fanzine Garrafa,
da Rádio Capitão Gancho



A experiência não se limitou apenas a Sorocaba e à Grande São Paulo. Um ano depois, às 17 horas do dia 30 de agosto, os cariocas da zona sul que sintonizaram em seu dial os 92.0 Mhz tiveram o privilégio de ouvir a primeira rádio livre do Rio de Janeiro: a *Frívola City*. Com uma potência variando entre 5 a 10 watts, a *Rádio Frívola City* emitia duas vezes por semana duas horas de programação, reprisadas aos domingos no mesmo horário. Seus organizadores pretendiam fazer da emissora um “laboratório de ideias”.

Para o primeiro programa, o grupo selecionou um repertório que ia dos pagodes de Bezerra da Silva ao rock senegalês; poesia de Fernando Pessoa e texto sobre a violência urbana. Simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Verde (PV), seus integrantes não deixaram de se engajar na campanha das eleições para governador do estado, apoiando o candidato Fernando Gabeira da coligação PT-PV. Em Belo Horizonte, a *Rádio Tem Cabral no seu Dial* foi mais longe: o candidato do PT ao governo de Minas Gerais, Fernando Cabral, pôde expor suas ideias além dos 3 minutos e 34 segundos que lhe foram des-

tinados pelo Tribunal Superior Eleitoral através das ondas hertzianas de uma rádio livre.

A primeira rádio livre de Brasília apareceu um mês depois da *Frívola City* do Rio. Para não correr o risco de ser flagrada pelo carro-rastreador do Dentel, a rapaziada da *Rádio Ligada em Brasília*, a partir da segunda emissão (a primeira durou 1 hora e 15 minutos), passou a transmitir programas de apenas 20 minutos de duração, sempre gravados antecipadamente. No início, essas transmissões eram feitas dentro de um automóvel para em seguida passarem a acontecer em pontos fixos, sempre alternados. Esses locais eram geralmente apartamentos dos próprios integrantes ou dos simpatizantes da iniciativa. Com essas precauções, o trabalho do Dentel certamente se tornou mais complicado.

A experiência da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba

SE TOQUE: Por todo esse tempo eles estiveram ocupando as frequências AM, FM, VHF, torrando o saco, enchendo os nossos ouvidos, corações e mentes com abobrinhas, papos furados, top hits e outras drogas.

SE TOQUE: Neste início de verão está fervendo no coração da cidade verde a SE TOQUE RÁDIO LIVRE FM.

RÁDIO SE TOQUE - JOÃO PESSOA - JANEIRO DE 1988⁶

Embalado pela explosão do movimento de rádios livres de São Paulo, um grupo de estudantes e professores da Universidade Federal da Paraíba, em sua maioria oriundos do Curso de Comunicação Social, levou ao campus a discussão do monopólio do Estado sobre os meios de difusão de informação. Uma notícia no jornal *A União* do dia 11 de setembro de 1986 informava um debate, naquele dia, sobre rádios livres na Sala Preta do Departamento de Comunicação da UFPB. Essa foi a primeira discussão pública na Paraíba sobre rádios livres e o sistema de concessões pelo governo federal dos meios eletrônicos de comunicação de massa. A promoção do evento foi do Centro de Cultura Alternativa, entidade sem fins lucrativos, com sede provisória no próprio Departamento de Comunicação. A principal atividade do centro consistia no

6. De um manifesto inédito. Antes da primeira emissão, a *Rádio Se Toque* virou *Rádio Tirana*.

registro e arquivo de publicações alternativas para servirem de fonte de pesquisa à comunidade universitária.

A partir deste debate, as pessoas e grupos interessados em formas alternativas de comunicação se reuniram em diversas ocasiões já trabalhando um projeto de criação de uma cooperativa de *radioamantes*. Ela não tardou a aparecer: a *Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba* aglutinava no seu bojo grupos das mais variadas tendências e militâncias políticas. Os ecologistas estavam representados pela Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN); os negros pelo Movimento Negro; os pacifistas pelo grupo Tudo pela Paz e os estudantes do Curso de Medicina por integrantes do seu Centro Acadêmico. O grupo Se Toque, ligado ao centro de Cultura Alternativa, levantava não só a bandeira da militância cultural, através de uma política de editoração alternativa, como também a do direito à livre sexualidade. O trabalho e atuação desses grupos se refletiram, consequentemente, nas propostas de rádio apresentadas e no conteúdo dos programas daqueles grupos que chegaram a produzi-los.

A Rádio Tirana destila seu veneno no ar bucólico da cidade

A primeira emissora da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba a botar a boca no mundo foi a *Rádio Tirana*, cujo slogan justificava seu nome: “Ela não perdoa, porque ela é...”, perguntava um dos seus locutores. Um coro mal ensaiado e nada unísono respondia: “Tirana, Tirana!” Essa emissão histórica aconteceu no dia 16 de janeiro de 1988, ao meio-dia de um sábado, na casa de três integrantes da emissora, no bairro Altiplano Cabo Branco⁷. O transmissor de 5 watts fora adquirido

7. Esses pioneiros da radio livre na Paraíba foram os cineastas Bertrand Lira e Torquato Joel, e o cartunista e professor do Curso de Comunicação Social da UFPB Henrique Magalhães. Nota do editor.

pela cooperativa de uma rádio livre da cidade de São Paulo que acabara de comprar outro de maior potência. Os sons da *Rádio Tirana* ecoaram num raio de aproximadamente 10 quilômetros, conforme atestavam os ouvintes contatados no momento da transmissão.

Os poucos programas produzidos pela equipe da *Rádio Tirana* eram elaborados com os seguintes equipamentos: para a locução era utilizado um gravador Sharp modelo GF A2B com microfone embutido. As músicas eram gravadas em um aparelho de som 3 em 1 da Sony. As gravações eram feitas diretamente sobre uma fita cassete, que era colocada no ar através de um pequeno gravador National (mini cassette recorder) acoplado a um transmissor do tamanho aproximado de uma caixa de sapato. A antena, de mais ou menos 1 metro de altura, ficava em cima do telhado.

O que os *radioamantes* da Paraíba queriam não era muito diferente do que buscavam os guerrilheiros das ondas de São Paulo, da Itália e da França: jogar no ar ideias, contestações, opiniões, críticas, sátiras e humor, entre outros desejos mil. Até a militância político-partidária não estava fora de cogitação. Entre os *radioamantes* havia um candidato a vereador nas eleições municipais de 1988 pelo Partido dos Trabalhadores⁸. Por que não furar o horário eleitoral gratuito?

Como funcionava a Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba

Durante um ano, entre 1986 e 1987, a *Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba* promoveu reuniões onde eram discutidas alternativas para a compra do transmissor e antena e também a estruturação da própria cooperativa. Seu regimento interno ficou assim definido:

8. O candidato a vereador pelo PT era Henrique Magalhães, que pretendia ser representante das “minorias” na Câmara. Nota do editor.

1. Quem participa:

Grupos “Tudo pela paz”, “Corpo são para o prazer”, “Pra sair dessa maré” e “Se Toque”.

2. Direitos:

Utilizar o equipamento (transmissor e antena) dentro dos horários determinados pela Cooperativa.

Qualquer grupo poderá ceder o seu horário a pessoas e entidades de sua confiança, ficando o grupo cessionário responsável pelo equipamento.

Deveres:

Manter a integridade e o sigilo da Cooperativa.

Cada grupo ficará responsável pelas atitudes de seus membros no que diz respeito à programação e à manutenção do equipamento.

Ocupar assiduamente o horário estabelecido em acordo com a Cooperativa, ficando a critério de cada grupo a manutenção desse horário.

3. Sobre o funcionamento:

A Cooperativa colocará a rádio no ar no período de uma hora, três vezes por semana, alternando os grupos.

4. Empréstimo:

A Cooperativa poderá emprestar o equipamento desde que assessorado por uma das rádios membros.

A responsabilidade pelo equipamento será inteiramente do grupo locatário, tendo este que repor qualquer peça danificada, ou todo o equipamento no caso de apreensão.

Em contrapartida ao empréstimo, o grupo locatário poderá contribuir com material permanente para a Cooperativa.

5. Hi-fi – Conselho Administrativo:

O conselho Administrativo da Cooperativa se chamará Hi-fi, sendo integrado por dois membros de cada rádio.

Compete ao Hi-fi reunir-se periodicamente para deliberar e executar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa.

O Hi-fi indicará, entre os seus membros, um tesoureiro para movimento de contabilidade.

A verba para aquisição do transmissor e da antena foi levantada através de mensalidades pagas pelos grupos envolvidos com a Cooperativa e também da soma arrecadada numa festa promovida no Hotel Globo no dia 13 de dezembro de 1986. A Cooperativa, no entanto, teve de esperar até o final do ano seguinte para ter o equipamento em mãos. Até esta data, com exceção do Movimento Negro e APAN, todos os outros grupos haviam participado da elaboração do regimento interno. Estes dois grupos nunca justificaram formalmente o seu afastamento. Quando o regimento interno foi aprovado, integravam a Cooperativa os grupos “Tudo pela paz”. “Se Toque”, “Corpo são para o prazer” e “Pra sair dessa maré”⁹.

A *Rádio Tirana*, a primeira a emitir, nasceu como *Rádio Se Toque* na fase de estruturação da *Cooperativa*. *Se Toque* era o nome de uma revista da editora Marca de Fantasia, ligada ao Centro de Cultura Alternativa, que até esse momento chegou a publicar vinte e dois números.

9. Informação extraída da Ata de Reunião do dia 08/04/1987 da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba.

Era o público leitor da *Se Toque* que a rádio almejava atingir com as suas emissões. Associar uma rádio clandestina a uma revista já conhecida no meio artístico-intelectual da cidade facilitaria a identificação do pessoal que estava por trás de sua organização. A *Rádio Se Toque* virou então *Rádio Tirana*. Entre as emissoras que faziam parte da *Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba*, a *Rádio Tirana* foi a que mais produziu programas e os colocou no ar. Na verdade, eles não passaram de três ou quatro, mas foram emitidos mais de uma vez (ver nos apêndices o roteiro do primeiro programa da *Rádio Tirana*).

A chegada do equipamento (transmissor e antena) representaria o início de uma nova fase nas atividades da Cooperativa: a da produção de programas e a de uma maior mobilização e disciplina dos grupos, não só pela operacionalização das rádios como também para enfrentar possíveis repressões. O que aconteceu de fato foi a dissolução ou desmobilização dos grupos que se formaram em função da Cooperativa, tais como: “Pra sair dessa maré”, “Tudo pela paz” e “Corpo são para o prazer”. Mesmo o grupo “Se Toque”, que havia se estruturado em torno da publicação da revista alternativa homônima, terminou por não levar o projeto adiante.

Essa desmobilização dos grupos no que se refere às atividades das rádios pode ser atribuída à nova realidade que eles teriam de enfrentar. Durante a fase de organização da Cooperativa, a mobilização se dava em nível de reuniões para discutir formas de arrecadar a soma necessária para a compra do transmissor e antena, o que resultou em promoções tipo a festa do Hotel Globo no dia 13 de dezembro de 1986.

Com a aquisição do equipamento, chegara a hora de colocar as rádios no ar, o que demandava um empenho muito maior das pessoas envolvidas do que o exigido até então. Era necessário mais organização:

cumprimento de horário de emissão, panfletagem e outras formas de divulgação. A fase de operacionalização significava, sobretudo, a produção sistemática de programas e isso requeria trabalho de pesquisa, elaboração de roteiro – por mais livre e inovador que esses programas pretendessem ser –, seleção musical, edição, gravação, enfim, todas ou quase todas as etapas de um programa dito convencional. A produção regular de programas tornava indispensável uma maior disponibilidade e empenho dos grupos. Esses pressupostos, no entanto, não chegaram a se concretizar. A outra realidade posta, a qual não se podia ignorar, era a da ilegalidade da prática e suas implicações jurídicas. As punições previstas em lei aos que infringissem o Código Brasileiro de Telecomunicações também deram sua contribuição para o afastamento dos grupos que ajudaram na criação da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba.

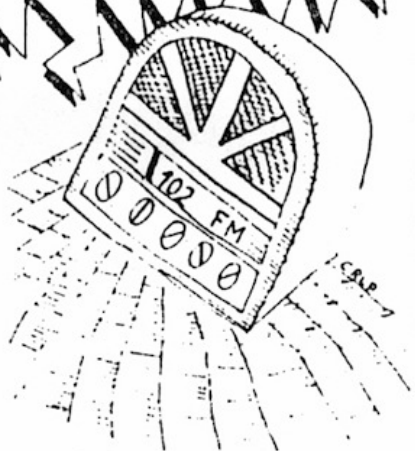


Chamada para a festa da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba

TEM COISA NO AR



⚡ Enquanto o sr. TOINHO MALVADEZA distribui concessões de canais de rádio com o intuito de garantir 5 anos para o "ferroviário" Sarney, forma-se na Paraíba a primeira Cooperativa de Rádios Livres.



"PIRATAS SÃO ELES. NÓS NÃO ESTAMOS ATRÁS DO OURO".

Ao povo deve pertencer todos os espaços do Estado: TERRA, MAR e AR.

Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba

Rádio TIRANA

Rádio ACÁCIA

Rádio DÊMOS

AMANHÃ, sábado, dia 5, estaremos colocando no ar, de algum ponto da cidade, um programa sobre o DIA DE ADVERTÊNCIA – pelas DIRETAS 88.

LIGUE-SE, às 17 h., na frequência: 102 MHz-FM.

Anúncio de mais uma emissão da Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba

O monopólio estatal e as concessões: os apadrinhados levam a melhor

A preocupação do Estado com o controle da radiodifusão remonta, em todo o mundo, aos primórdios do rádio. Na Europa, já em 1927, foi criada a União Radiotelegráfica Internacional que regulamentou as faixas e horários das emissoras em atividade. No Brasil, o rádio ainda engatinhava um ano depois da demonstração pública de 1922, mas a Marinha brasileira já via na *radiotelegrafia e radiotelefonía* veículos de “importância vital para a defesa da Pátria, para as necessidades de segurança na navegação e salvaguarda da vida no mar...” (BONAVITA, 1982, p. 37)¹⁰.

Alegando finalidades estatísticas, uma nota no primeiro número da revista *Rádio*, publicada em outubro de 1923, convocava os radiouvintes a legalizarem suas situações requerendo licença ao Ministro da Aviação para a instalação dos seus aparelhos. E justificava: “Todos já sabem que a recepção é de impossível fiscalização por parte das autoridades, desde que o amador queira ocultar seu posto. Ora, se a auto-

10. Segundo a autora, os conceitos de radiotelegrafia e radiotelefonía aparecem no Decreto 21.111 de 1º de março de 1932. Este Decreto regulamentou o de nº 20.047 de 27 de março de 1931 que regia a execução dos serviços de radiocomunicação. Seu Artigo 3º definia radiocomunicação como “a transmissão ou recepção sem fios de escritos, signos, imagens ou sons de qualquer natureza por meio de ondas hertzianas”; radiotelegrafia como “a radiocomunicação de textos por meio de sinais convencionais”; e a radiotelefonía como “a radiocomunicação por meio de palavras ou sons”.

ridade, progressista e liberal, não embaraçava a livre practica, porque conservar clandestina a estação que pode ser facilmente legalizada?” (*Idem, ibidem*).

A história da radiodifusão no Brasil foi sempre marcada pela presença determinante do Estado na sua forma de exploração e na organização de seus objetivos. O governo brasileiro optou pelo sistema pluralista de exploração, ou seja, emissoras estatais ou oficiais convivendo com as emissoras privadas ou ditas comerciais. Vale salientar que o número das primeiras é insignificante quando confrontado com o das segundas. Das 1150 instaladas em 1980, apenas 373 pertenciam a governos e instituições (SWETLANA, 1985, p. 39).

Outro sistema de exploração é o do monopólio ou autoritário. O Estado, através de uma empresa pública criada para este fim, explora diretamente os serviços de radiodifusão - caso típico dos países socialistas. Tanto um quanto o outro, no nosso entender, expõe o monopólio autoritário do Estado, pois dá a este o direito de controle das ondas eletromagnéticas. No sistema pluralista, o estado concede a terceiros, a título precário, o direito de fazê-lo. São as conhecidas concessões.

As concessões constituem uma inegável forma de pressão e de controle que o Estado continua exercendo sobre a radiodifusão. Cabe a ele estabelecer normas para a organização da distribuição das emissoras no espaço eletromagnético - o que se faz necessário para que não haja atropelamento de uma emissora de pequena potência por uma de maior poder de alcance. O Estado, no entanto, vai além desse papel no qual ele próprio se atribuiu, estabelecendo mecanismos que privilegiam apadrinhados políticos. Estes, em troca, fazem dos Meios de Comunicação de Massa instrumento de propaganda e sustentação política do seu tutor. Detentores do poder político se confundem com os

que detêm o poder econômico. E o que acontece de fato neste sistema de concessões é a eterna troca de favores cuja finalidade maior é a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes. “As concessões, na maioria das vezes, não extravasam o âmbito restrito dos grupos dominantes, mas circulam internamente, dando a palavra a quem já tem e prosseguindo o bloqueio de quem dela precisa” (CAPARELLI, 1986).

Rádios Livres, a que será que se destinam?

No Brasil, as rádios livres surgiram com os mais diversos propósitos: umas se estruturaram para dar apoio a atividades da política partidária ou sindical; algumas transformaram em gesto de contestação ao monopólio estatal das concessões o fato de transmitirem o que quer que fosse - de música a relatos íntimos. Outras pertenciam a amantes do rádio e da música que queriam o direito de usar as ondas eletromagnéticas para deleite próprio e dos que partilhavam da mesma ideia.

A contestação da política governamental de comunicação, através da ação direta das rádios livres, confere ao ato político uma nova dimensão até então pouco ou jamais vista noutras formas de protesto ou reivindicação. Não que os manifestos, os documentos, os atos públicos etc., não sejam boas e eficazes formas de protesto. É que a existência dessas rádios – uma realidade incontestável – gerou discussões as mais diversas, inclusive a do direito à comunicação. A nova dimensão ao ato político a que se refere o professor Nilson Lage no artigo “Quem lucrou com as rádios piratas?” é o fato de que uma prática contestatória como a das rádios livres põe abaixo os mitos que têm acompanhado a questão da radiodifusão. Um dos mitos em questão é o que cobre o rádio, enquanto tecnologia, com o manto da inacessibilidade. As rádios

livres estão aí para mostrar que qualquer pessoa com um razoável conhecimento de eletrônica pode montar um transmissor.

O Estado criou um mecanismo de censura econômica expresso no Artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações, que exige dos candidatos à concessão “a demonstração dos recursos técnicos e financeiros de que dispõem para o empreendimento”¹¹. A exigência de critérios profissionais afasta a possibilidade de uma pequena emissora obter, por vias legais, uma faixa no dial, pois o estabelecimento de um mínimo de potência para uma concessão implica altos investimentos. É sabido que quanto maior o raio de alcance de um transmissor maiores serão os seus custos. As rádios livres derrubam o mito da competência profissional, ou seja, a ideia corrente de que apenas profissionais especializados, oriundos das Escolas de Comunicação, ou aqueles com larga experiência no ramo, podem ter acesso aos meios enquanto produtores de informação.

Os papéis de produtor-emissor e consumidor-receptor permaneciam até então intocáveis nos Meios de Comunicação de Massa. As rádios livres subvertem esses papéis ao abrir espaço para que o cidadão de classe social, nível educacional, crença, partido político, cor, raça, sexo e opção sexual as mais diversas possa expressar seus desejos, ideias, opiniões e experiências, por mais absurdas que elas pareçam ser.

Minorias e grupos socialmente marginalizados – a quem sempre foi negada a palavra – descobrem nas rádios livres seus próprios canais de expressão, onde podem agora ser locutores de seus conflitos e anseios, sem para isso ter que submetê-los a um mediador. Cai a figura do porta-voz. O indivíduo se torna emissor do seu próprio discurso, seguro ou titubeante, claro ou confuso. Não importa.

11. Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei nº 4.117 de 27.02.1962.

A democracia, segundo Nilson Lage, “não é apenas a delegação popular de poderes a um governo que executa políticas autoritárias, mas o regime que assegura a livre manifestação e expressão, o controle do Estado pela sociedade, a autonomia dos movimentos e organizações políticas e sociais” (LAGE, 1986, p. 19). A postura de Lage é ratificada pelo psicanalista e filósofo francês Felix Guattari para quem a rádio livre “não é uma questão de inovação técnica e sim a expressão de uma prática social, de uma expressão social”¹². A prática das rádios livres, portanto, contribui para o exercício social da democracia e, mais importante, implica a revisão de outras práticas da sociedade e de sua vida cultural, tais como a organização dos pequenos partidos políticos, grupos sindicais, associações estudantis, de bairros e comunitárias de um modo geral. É a partir do uso que se faz dele que o rádio assume papéis diferentes. Suas funções são determinadas por contingências políticas, econômicas e sociais.

O aspecto mais revolucionário da ação efetiva das rádios livres não é o fato apenas de contestar o sistema monolítico de concessões na radiodifusão, mas o de questionar o direito de propriedade pelo estado das ondas eletromagnéticas em qualquer que seja o regime político. No bojo dessas questões entram também o papel do Estado e sua relação paternalista com a sociedade. Outro papel relevante das rádios livres na comunicação e nas relações sociais é o de abrir espaços para uma autonomia da sociedade na conquista do direito de não só receber informação como também o de produzi-la e emiti-la.

A militância contra o monopólio do Estado e pelo direito à comunicação implica riscos. Não é à toa que as rádios livres, embora levem a

12. Extraído da transcrição de um debate, no dia 19/08/1985, com o filósofo e psicanalista Felix Guattari no Pátio da PUC - São Paulo.

discussão à luz da legalidade, com suas reuniões e debates abertos ao público e divulgados na imprensa, operem sempre na clandestinidade. O Código Brasileiro de Telecomunicações neste sentido é bastante severo. O Artigo 70 do Decreto-lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967 (que complementa a já autoritária Lei 4.117 de 27.08.1962, assinada pelo então presidente João Goulart) adverte que “constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos de prisão, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei e nos regulamentos”.

Neste confronto entre a sociedade e o Estado vale tudo. As rádios na sua clandestinidade lançam mão das estratégias possíveis para escapar dos tentáculos opressor e policialesco do poder instituído. Este, por sua vez, se arma de um sofisticado aparato tecnológico, na maioria das vezes ineficiente, para calar a voz daqueles a quem sempre foi negado o direito à fala. O Dentel tinha em 1986, segundo levantamento da revista *Veja*, “recursos modernos para localizar as piratas: 8 estações de rastreamento fixas e 7 móveis instalados no país”¹³. As móveis são os pesados e vistosos carros-rastreadores, as chamadas “peruas do dentel” na gíria dos *radioamantes*. As rádios clandestinas, ao contrário, operam com pequenos transmissores que se ajustam numa panela ou numa caixa de sapato, sendo facilmente desmontáveis numa situação de emergência.

Questionar na prática o monopólio do Estado sobre o espaço eletromagnético não é o único e mais importante empenho dos que fazem as rádios livres. Além da repressão – primeiro problema que se segue depois da aquisição do transmissor – outras questões vão sendo colocadas ao longo do processo:

13. Dados extraídos do artigo “Ondas travessas – as rádios piratas entram na campanha eleitoral”, in *Veja*, 17/09/1986, p. 103.

1. O que fazer para sobreviver economicamente, dado que a exploração comercial está definitivamente descartada?
2. Como o grupo deve se organizar num modelo que não reproduza os mesmos vícios dos modelos hierárquicos e autoritários?
3. Como fazer para que haja uma utilização de fato do canal livre pela comunidade?

A política dos que fazem rádios livres vai muito além do uso do veículo por um número limitado de pessoas. Os *radioamantes* defendem a multiplicação dos canais pela divisão do dial ao máximo do seu limite, sem que uma emissora sobreponha a outra. Isso é possível desde que seja respeitada a ética de não interferência entre elas. A maioria dessas emissoras opera nos grandes centros urbanos e periferia, numa faixa de frequência em torno dos 107 Mhz, faixa do espectro pouco ocupada pelas emissoras comerciais. Com essa estratégia, as rádios livres não pretendem também interferir nas emissoras legais, descartando assim a pirataria.

É voz corrente entre os ativistas da livre radiodifusão a necessidade do reconhecimento por parte do Estado da existência das emissoras clandestinas no país, sem, entretanto, impor qualquer legislação sobre elas. Corroborar esta postura a crença de que qualquer sistema de concessão, por mais democrático que seja, será igual na sua essência, pois outorga ao Estado o direito de legislar sobre o espaço eletromagnético, um bem público inalienável. Conclui-se que o Código Brasileiro de Telecomunicações da Nova Constituição¹⁴, embora menos autoritá-

14. Do Capítulo V do texto de comunicação da Nova Constituição, Artigo 226: “Compe-te ao Poder Executivo outorgar e renovar a concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal”.

rio, não apresenta respostas para uma verdadeira democratização dos meios de comunicação.

A apreensão dos *radioamantes* com a legislação das rádios livres faz sentido. Na França, o governo socialista de François Mitterrand, em 1982, legalizou centenas de rádios livres existentes no país, utilizando-se de uma nova legislação. Resultado: as rádios do tipo comunitário ou associativo, isto é, as verdadeiras rádios livres passaram a receber subvenção governamental. As de vocação comercial recorreram às receitas publicitárias, de acordo com a lei. Para que a distribuição das faixas de onda fosse efetivada, muitas emissoras tiveram que ser engolidas por suas congêneres. A experiência francesa nos deixou a lição de que não se deve temer apenas a clandestinidade. A legalidade também tem os seus riscos.

Referências

ALBUQUERQUE, Sandra Maria Craveiro. “As acácias vão florir?”. Texto apresentado no debate sobre rádios livres no Departamento de Comunicação (DECOM) da UFPB, em 15 de setembro de 1986.

BONAVITA, Maria Elvira. *História da Comunicação: Rádio e TV no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

GARRAFA (fanzine). Poá, SP: 1989.

LAGE, Nilson. Quem Lucra com as rádios “Piratas”? In *Jornal do Jornalista*, n. 2, 1986.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio e MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SERVA, Leão. Piratas assaltam as ondas de Sorocaba. In *Folha de S. Paulo*, 3 de março de 1984.

SWETLANA, Gisela. *A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e as Determinações de Conteúdos*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

Apêndices

1. Projeto de Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998
que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária
2. Transcrição do *script* da primeira emissão da Rádio Tirana

Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998 que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Projeto de Lei - substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados - institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operado em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a Fundações e Associações Civas, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço.

Parágrafo 1º. Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado à comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura de sistema irradiante não superior a 30 (trinta) metros.

Parágrafo 2º. Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Artigo 2º. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais.

Parágrafo Único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá o preceito do artigo 233 da Constituição Federal.

Artigo 3º. O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o fazer, a cultura e o convívio social;
- III - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão de forma mais acessível possível.

Artigo 4º. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Parágrafo 1º. É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

Parágrafo 2º. As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

Parágrafo 3º. Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo através de pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Artigo 5º. O Poder Concedente designará, a nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de freqüência do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

Parágrafo Único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso deste canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nesta região.

Artigo 6º. Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comuni-

tária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo Único. A outorga terá validade de 03 (três) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

Artigo 7º. São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as Fundações e Associações Cíveis, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretende prestar o Serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo Único. Os dirigentes das Associações Cíveis autorizadas, além das exigências deste artigo, deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

Artigo 8º. A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º. desta Lei.

Artigo 9º. Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretende prestar o Serviço.

Parágrafo 1º. Analisada a pretensão quanto sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

Parágrafo 2º. As entidades deverão apresentar no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos:

I - estatutos da entidade, devidamente registrados;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nesta área.

Parágrafo 3º. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

Parágrafo 4º. Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

I - Não sendo bem sucedida a iniciativa prevista no Parágrafo 4º, o Poder Concedente procederá escolha de entidade autorizatória levando em consideração o critério da evidente e notória representatividade, através de manifestações de apoio encaminhados por membros da comunidade a ser atendida e/ou entidades associativas e comunitárias que as represente;

II - ficando comprovado o evidente equilíbrio da representatividade das pretendentes proceder-se-á a escolha da entidade autorizatória pelo critério do sorteio.

Artigo 10º. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem assim à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Artigo 11º. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordine ou a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Artigo 12º. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Artigo 13º. A entidade detentora da autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência ao Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação.

Artigo 14º. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o Serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Artigo 15º. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Artigo 16º. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como, as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis.

Artigo 17º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Artigo 18º. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Artigo 19º. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Artigo 20º. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do Serviço.

Artigo 21º. Constituem infrações na operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

- I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;
- II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;
- III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação.

Parágrafo Único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são: advertência, multa e, na reincidência, revogação da autorização.

Artigo 22º. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito à proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Artigo 23º. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e se a interferência na for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do Serviço.

Artigo 24º. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeitos de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Artigo 25º. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei.

Artigo 26º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 27º. Revogam-se os dispositivos em contrário.

2

Transcrição da primeira emissão da Rádio Tirana

João Pessoa, 16 de janeiro de 1988, às 12h.

TÉCNICA - LOCUÇÃO

Música “Trenzinho do Caipira” (1:50)

Com Egberto Gismonti

H - Neste momento está entrando no ar a Rádio Tirana, 102.0 ou 104.0, vocês procurem porque ainda não estamos com a definição de...

B - Freqüência.

H - Freqüência, claro! Como poderia esquecer (risos). Bom esta é a sessão inaugural da Rádio Tirana e vai um alô para todo mundo da cooperativa de rádio que está se fundando na capital paraibana. Como primeiro programa, gostaria de fazer uma homenagem a um dos maiores cartunistas brasileiros que foi tragicamente assassinado pelo governo, pela irresponsabilidade do governo em não fiscalizar os bancos de sangue. Estou falando do cartunista Henfil, o autor de Graúna, Zeferino, Bode Orelana e vários outros

personagens brasileiros que tanto marcaram nossa vida e nosso humor. Henfil morreu no dia 04 de janeiro deste ano, vítima da Aids, pela contaminação da transfusão de sangue. Realmente é uma coisa lamentável porque o Brasil perde um dos maiores humoristas do mundo. Ele está classificado entre os 100 maiores humoristas do mundo... e infelizmente pela irresponsabilidade do governo que não fiscaliza os bancos de sangue. Primeiro ele foi perseguido, exilado... o irmão dele foi exilado... e nesta homenagem que pretendo fazer a este grande humorista nós colocaremos uma música que fala de Henfil e seu irmão, Betinho, também que está vítima da Aids. Com vocês Elis Regina em “O Bêbado e a Equilibrista”.

Música “O bêbado e a equilibrista”
com Elis Regina.

H - Você está ouvindo a Rádio Tirana FM, filiada à Cooperativa de Rádios Livres da Paraíba. Nós agora colocaremos uma música para nosso amigo lá do Valentina Figueiredo, um grande e famoso.....

B - Regente....

H - Regente, claro! (Risos). Bom... chamado Luis Carlos Durier, uma grande figura, nosso amigo que está fazendo aniversário neste mês.

B - Recentemente ele regeu um concerto de 500 vozes e duas bandas da Polícia Militar; ele é muito liga-

do ao pessoal da Banda da Polícia Militar.

H - Maria Callas tem inveja dele.

B - Ele é um cantor lírico também. Estará cantando no famoso casamento, o mais badalado do ano, o casamento de Inês Mongue e Fernando Trevis. (Risos)

H - Bom, mas qual é a música mesmo Bert... Bertrand, que a gente vai mandar pra Durier?

B - “Essa Mulher”.

W - Para Durier oferecemos essa música com muito amor e carinho em homenagem à “Rica Sulina”.

H - Tirana no ar!

B - Rádio Tirana, desta você não escapa; ela é...

(coro em voz alterada) Tiraaaaaana!

H - 102 FM.

Música “Essa mulher” com Elis Regina.

B - Cortamos a música por falta de tempo. Temos apenas uma fita para uma hora de programação; desculpe, viu, Luis Carlos Durier!

H - O verão está aqui, todo mundo curtindo sua praia, mas uma das coisas mais interessantes é a presença da incrível, da inigualável, da inenarrável Cátia de França, uma cantora fantástica, paraibana, brasileira e que não tem tido todo o apoio que merece das gravadoras; ela apenas gravou dois discos, mas dois discos antológicos. Cátia de França esteve aqui mais ou menos há quatro ou cinco anos atrás no show dos

paraibanos “De volta”, onde tinha Tadeu Mathias, a própria Cátia de França, Bráulio Tavares e Fuba. Nós colocaremos a música de Cátia de França num oferecimento ao pessoal da Rádio Livre. Numa entrega rápida, vai para Dinarte, pra Hermano, pra Rômulo, Zuleide, Fatinha, Sandra, Bertrand, William, Torquato... Bom, pro pessoal da Rádio Livre e pros amigos, porque a rádio está se criando.

W - Você se esqueceu de Nelson, Adashi...

H - Não, pra Nelson vai uma música especial., daqui a pouco. (Risos e aplausos).

Música “Quem vai, quem vem” com Cátia de França.

B - Bom, já que a gente está escutando Cátia de França, né, que é bem bicho-grilo também junto com Elba... Elba Ramalho não, já que é mais sofisticada, não é mais bicho-grilo não, mas Cátia de França, Zé Ramalho....vigemaria! Tem um amigo meu, Henrique Magalhães, que é louco por Zé Ramalho.

T - E que é que vocês acham que poderia considerar de bicho-grilo?

H - Caju Moraes? Deixe eu ver. Bicho-grilo... bicho-grilo. Tem Caju Moraes, por exemplo.

B - Caju Moraes é aquele do DAC, né?

H - O rei, o rei, o rei, Iverson.

B - Iverson é bicho-grilo demais!

H - Ave! Não. É demais.

W - Chico Viola.

H - Chico Viola também. Quem mais?

B - É bom dizer pro pessoal o que é bicho-grilo, que ninguém sabe.

H - O que é bicho-grilo?

B - Eu acho que bicho-grilo é aquele povo que ainda vive assim, os remanescentes dos hippies.

W - Anos 60.

T - Por exemplo, eu tenho um amigo que está indo pra Cusco agora em julho, isso é um comportamento típico de bicho-grilo.

H - Mas Cusco é um barato.

B - É chique se você não for de carona e nem de mochila nas costas.

H - Depende. Se você for bicho-grilo chique até que vá lá.

B - Mas, olhe, tem mais bicho-grilo ainda. Esse pessoal que fica escutando ainda Zé Ramalho, um pouco de Alceu Valença...

H - Um pouco, não. Todos os maracatus...

B - Cátia de França, esse pessoal que gosta de maracatu, de frevo, de baião... essas coisas todas... e ainda fica fazendo marica pra fazer baseado.

H - Ainda tem mais gente, vamos terminar a lista.

B - Kennedy... Kennedy daquela Banda Ken Ken, e o parceiro dele, Washington. Acho que Washington é o grande representante dos bichos-grilos.

H - Vem cá, tem uma figura que eu acho que não se

enquadra em nada. Judite Cospefogo é o quê? Dândi, bicho-grilo, yuppie?

B - Eu acho que ela é Dandy-yuppie, porque eu penso que ela é professora universitária, deve ser...

T - Mas depois deixa pra falar dela.

B - É, de Judite. Mas vamos ver quem é mais bicho-grilo. Acho que Nelson, Nelson aquele menino... Ele faz o que mesmo? Ele faz Educação Física?

T - Terminou Educação Física.

B - Eu acho que ele é bicho-grilo. Ele também tem um pouco de dândi, parece que ele coleciona livros.

T - O candidato a presidente do sindicato: Maninho Magalhães...

B - O irmão de Henrique Magalhães é bicho-grilo demais e Henrique tá com a mão na cabeça pra tirar ele do meio dos bichos-grilos, pra ver se ele vira um bancário (risos). Vamos homenagear os bichos-grilos botando uma música de Zé Ramalho que é o representante maior dos bichos-grilos.

Música “Mulher”, com Zé Ramalho, Zezé Mota e Wanderléa.

CORO - Tirana, Tirana, Tirana, Tirana...

B - Aqui é a Rádio Tirana, em fase experimental...

H - 102 FM.

B - Ela não perdoa porque ela é...

CORO - Tirana!

B - Esta rádio está ligada à Albânia e esta semana es-

taremos sorteando uma passagem de ida e volta pras pessoas mais tiranas desta cidade...

H - Não, só de ida.

B - Ida, pra não voltar mais, ficar na Tirana, Capital da Albânia.

H - Mas, vem cá, vamos falar de yuppies. A gente começou a discutir sobre os bichos-grilos.

B - A gente falou dos bichos-grilos, o pessoal que fica usando artesanato, roupinha de renda do Ceará, brinco...

H - Mas outra tribo mais folclórica ainda é a tribo dos yuppies...

B - Eles são terríveis, os yuppies...

T - À la “Nove semanas e meia de amor”.

B - Mas vocês sabiam que os yuppies estão em crise agora, depois da queda da...

H - Bolsa...

B - Da queda da bolsa de valores de Nova Iorque, eles estão todos em baixa. Vamos ver os yuppies aqui da Paraíba. Tem um bocado, mas não chega nem ao rastro do pessoal de Nova Iorque, que eles não têm mesmo é dinheiro. Quem é que você conhece como yuppie, PX?

H - Marcelo.

B - Que Marcelo?

H - Marcelo de quê?

B - Marcelo Buranha. Marcelo Jardelino, Marcelo Buranha.

H - É o rei.

B - É yuppíssimo, né? É aquele pessoal que compra tudo de novo, tudo do novo...

H - Faca elétrica, secador de alface...

B - Som... que mais?

H - Quem mais? Acho que...

B - Carlos Manuel, que vai ser professor de Relações Públicas do DAC. Deve estar acordando. Esses yuppies devem estar acordando agora.

H - E Cristovam Tadeu, o que é que vocês acham?

B - Cristovam Tadeu quer ser yuppie, que ele é pobre né? Ele faz a linha.

T - Tem de dizer o que é yuppie, primeiro.

B - Yuppie tem que ter dinheiro, é esse pessoal em ascensão, que tá ganhando dinheiro, empresário, esse pessoal assim. Esse pessoal que vive de pasta de banco em banco. Marconi Lucena, que trabalha no Norte, ele tem a pinta de yuppie mas não é, porque é pobre. Uma pessoa que trabalha no Norte não pode ser yuppie, a não ser o dono do Norte.

B - Quem mais?

H - Tá bom.

B - Não, tem mais gente. Ricardo, Ricardinho.

T - Ricardinho de Engenharia de Alimentos?

B - É yuppie.

T - Não confundir Ricardinho professor da universidade de engenharia de alimentos.

H - Tem outro; uma figura que realmente não se en-

quadra. É ele e Judite Cospefogo... só na cidade. É Kubitschek Pinheiro.

B - Sim, Kubitschek Pinheiro. Kubitscheck vive com esse povo todo yuppie, mas ele é pobre.

H - Kubitscheck é “anormal”. (Risos).

B - Ele não é yuppie porque não tem dinheiro. Ele não é bicho-grilo porque não se veste como bicho-grilo...

H - Ele barbariza.

B - Ele é dark? Ele já foi dark.

T - Pseudo dark.

B - Tem uma categoria que ele pode se enquadrar, sabe qual é? De dândi. Dândi é aquele povo que compra livro adoidado, mesmo que não leia nem a metade mas tá comprando todos os best-sellers... Não sei se Kubitschek lê os livros mas ele tem muito livro, coleciona livros.

H - Mas então, vamos fazer um...

B - Quem é mais dândi? Henrique Magalhães é um dândi. Esse pessoal que está escrevendo tese de mestrado eu acho que é dândi...

T - Paulo Vieira.

B - Paulo Vieira, teatrólogo, que ensina na Unicamp é dândi.

H - Menino... entregou.

B - Será que William Pinheiro é dândi?

T - William Pinheiro? (Risos).

B - Bem, vamos agora a... aqui é a Rádio Tirana em fase experimental, brigando por um espaço no ar.

Queremos a reforma agrária no ar. Esse momento é histórico porque é a primeira rádio livre a entrar no ar aqui em João Pessoa... Vocês aguardem que essa rádio vai barbarizar, por que? Porque ela é...

CORO - Tirana!

B - E agora uma música pra os yuppies, que é Laurie Anderson, que é uma performática, já estive no Brasil e tem músicas louquíssimas e casa bem com aquele povo do Araçá, aquele pessoal de lá mesmo que adora, que curte Laurie Anderson... Sim, um yuppie que a gente esqueceu: Vinícius Navarro! É yuppíssimo... É yuppie e dândi porque ele é chique e coleciona livros também.

T - E Fernando Trevas?

B - Fernando Trevas também. Bom vamos à música porque estamos transmitindo de qualquer lugar da cidade, da cidade verde, a Rádio Tirana.

Música “Late show”, com Laurie Anderson e cai para BG.

B - Vocês estão ouvindo a Rádio Tirana. Ela não perdoa, mata. E agora, eu quero anunciar que em breve.... recebemos agora, via telex, que o bispo da África do Sul, Desmond Tutu, o primeiro-ministro também, Peter Bota, estará em João Pessoa para se reunir com representantes do Movimento Negro...

H - Balula.

B - Balula, Vandinho, Paula Frassinete, Tutu, que

não é o bispo, e outros mais, para discutir a questão racial. E para homenagear o pessoal do Movimento Negro, no ano da Abolição da Escravatura, ouviremos uma música. Axé, irmãos!

Música “Ase”, com King Sunny Adé.

B - Tirana, Tirana, Tirana. Aqui é Rádio Tirana inaugurando a rádio livre na Paraíba.

H - Não desligue porque voltamos em um segundo.

B - Ela não perdoa porque ela é...

CORO - Tirana!

Parada para mudança de lado da fita cassete.

H - 102 FM, Rádio Tirana. Rádio...?

CORO - Tirana! Rana... Rana... Rana!

H - Nós estamos colocando no ar a primeira rádio declaradamente livre da Paraíba. É a Rádio Tirana! Nós vamos barbarizar. Bom, qual é a importância de fazer rádio livre? Nós pretendemos é fazer uma reforma agrária no ar. Nós achamos que é uma discriminação, um desrespeito o domínio do ar por mãos que não são nem legítimas, que são as mãos do governo federal, que é o ministro das comunicações, o Totó Malvadeza. Nós não achamos legítimo, então, nós com a Rádio Tirana pretendemos fazer um protesto para que se liberalize o ar, para que o ar seja democratizado.

T - Neste país onde é necessário um lobby político para se conseguir uma rádio livre.

H - Uma rádio livre. Nós, por exemplo, se quiséssemos fazer uma rádio oficial jamais conseguiríamos porque só quem tem rádio é quem tem dinheiro. Poder econômico, influência política e dinheiro. O poder econômico no Brasil é o que impera. Isto é lamentável, mas é a realidade. Por isso nós estamos transgredindo, nós estamos desobedecendo. Isso é desobediência civil... mas se todos os brasileiros ou uma grande maioria dos brasileiros colocassem suas ondas no ar, suas idéias, seu pensamento, nós, certamente conquistaremos a democracia no ar, a reforma agrária no ar, certo? Bom, mas... a situação política é terrível, né? É uma inconstância, uma falta de definição, uma sacanagem que acontece no Congresso Nacional, no governo federal que só mesmo protestando, só mesmo invadindo o ar, a gente conquistando o que é nosso, que nos usurparam. Bom, como a situação é negra no sentido da falta de expectativa...

T - Cuidado no Movimento Negro!

H - Não, aqui é outra questão. Como a situação é caótica nós colocaremos uma música que define muito bem a situação política do país. “Ando Jururu”, com Rita Lee

Música “Ando jururu”, com Rita Lee

Música “José”, com Rita Lee em BG.

H - Rádio Tirana, 102 FM. Estávamos falando da situação caótica do país, mas não podemos ficar só nisso. Nem só de caos, nem só de tristeza podemos viver. No momento existe também uma situação de paixão. A paixão está presente em tudo, a gente não pode esquecê-la, né? Eu, por exemplo, ofereço a música “Sinal fechado” para uma paixão que está em carreira, que não pára, não pára nem nos sinais fechados, isso aqui vai em homenagem para meu grande amigo... Nelson.

Música “Sinal fechado”, com Maria Betânia e Chico Buarque.

Música “As minas do mar”, com João Bosco.

H - A paixão está realmente tomando muitas pessoas dessa cidade e isso é muito bom porque só a paixão é revolucionária. Uma música que representa muito bem a paixão de um amigo nosso, William, está cantada por João Bosco, num dos melhores discos dele, que nós iremos escutar agora. Para William e sua grande paixão... João Bosco.

Música “Quando o amor acontece”, com João Bosco.

CORO - Rádio Tirana FM histórica! 102 FM! Ela não perdoa, ela é tiraana!

B - E agora vamos falar com um pessoal que está comendo um cozido. Cozido, coisa baixa! (Risos).

H - Vocês já ouviram falar em manzapo?

B - Mas é pagode. Esse pessoal tá comendo um cozido lá perto do aeroporto... não vou dizer nem o nome. Um abraço pra esse pessoal que tá aí... é Estrela, Patrício etc. Pro cozido uma música que tem muito a ver com o que vocês estão comendo.

Música “Vamos comer”, com Caetano Veloso e Luís Melodia.

CORO - Rádio Tirana FM Classe X.

B - Aqui é Rádio Tirana, 16 de janeiro de 1988, num momento histórico para a Paraíba. A Rádio Tirana está entrando no ar! Ela é tirana mas é...

CORO - Democrática!

H - A Rádio Tirana é tão democrática que ela abrange mil tendências, todas as tendências que queiram colocar sua voz no ar e sua mensagem, vai do PT até esse pessoal alegre que brilha nas noites da cidade, brilha nas boates, brilha nas ruas, brilha nas feirinhas... a turma que tem no sexo o grande prazer de sua vida, a turma... guei... as bichas, sapatos, travestis, enrustidos, assumidos, não-assumidos, todos, todos que de alguma forma estão curtindo seu corpo, curtindo sua alma, porque não existe apenas o homossexual, existe o homossexualma, como diz um amigo meu.

B - Um amigo ou uma amiga?

H - Uma amiga. Tanto faz. Uma música que nós vamos dedicar a essa trupe alegre é a música de Jorge

Mautner que canta justamente a falta de preconceito que deveria existir na humanidade, quando ele diz que tanto faz gostar de coelho ou de coelha... O importante é a alma. Porque tudo vale a pena quando a alma não é pequena.

Música “Cidadão-cidadã, com Jorge Mautner e Caetano Veloso.

B - Vocês estão ouvindo a Rádio Tirana, em sua fase experimental.

CORO (com vozes alteradas e alternadas) – Rádio Tirana FM Classe X!

B - Nosso abraço para Paula Frassinete, nossa homenagem de hoje em nosso programa. Paula é uma pessoa batalhadora junto com Hermano José, Vandinho, que defende esse verde da cidade, defende nossos pássaros, nossa ecologia. Gente, temos que dar apoio a Paula porque a maldade que fizeram a Paula não tá no gibi (risos). As barracas... ela brigou tanto por aquelas barracas... que vão poluir a praia, viu? Vão sujar as nossas praias...

H - Sabe o que fizeram com a pobre?

B - Botaram o nome das barracas de Paula... as barracas da Paula! Isso a Rádio Tirana não perdoa (risos)... não perdoa porque ela é...

CORO- Tirana!

B - E para contestar, protestar contra esse arraso com a Paula nós estamos oferecendo uma música...

H - Um canto de pássaros...

B - Um canto de pássaros na voz de Tetê Espínola, uma grande defensora também da ecologia do Mato Grosso. Tetê Espínola... Paula, com todo amor da Rádio...

CORO - Tirana!

Música “Amor e guavira”, com Tetê Espínola.

Entra ópera em BG.

CORO - João Pessoa, 16 de janeiro de 1988... aqui é a Rádio Tirana falando diretamente da Albânia...

B - Diretamente (risos). A Rádio Tirana faz a sua primeira entrevista hoje, exatamente a uma hora da tarde. Quem está em nossos estúdios em qualquer ponto da cidade, ninguém sabe onde, é o vereador... candidato a vereador, Henrique Magalhães... baixa essa ópera!

H - Magal.

B - Magal. Vocês podem votar Henrique Magalhães ou Magal, simplesmente Magal, como ele gosta de ser chamado pelos íntimos. Henrique, fale de sua plataforma, o que você pretende fazer por esta cidade já tão cheia de gente careta, cafona, aquela câmara de vereadores cheia de gente... eles vão às tapas, aquele cabaré... o que é que você vai fazer para acabar com aquele frejo?

H - Vamos barbarizar! Não, mas sem brincadeira,

vamos tentar colocar um sangue novo nessa história dessa política, nessa sacanagem que é a política. Nós vamos...

B - Vou tirar essa ópera aí, já que estamos falando em sangue novo.

H - Tire não! Mas então eu vou falando enquanto você tira a ópera. Bom o que a gente pretende mesmo é que uma candidatura política seja realmente uma representação, porque o que existe hoje é as pessoas votarem em quem tem mais simpatia e fica por isso mesmo, o cara se elege e não representa ninguém, representa ele mesmo e ao poder econômico, ao dinheiro dele, né? No caso da candidatura Magal as idéias que eu vou defender são as idéias que serão geradas a partir de um grupo, a partir de um comitê, ou então de um núcleo, no caso o núcleo do PT. Nós colocaremos as preocupações que as pessoas mais interessantes da cidade tenham em relação a sua cidade... em defesa do verde, pela ecologia, contra a discriminação, por criação de ciclovias, por exemplo, né? Já que é uma cidade que tem tantos jovens... então é importante que se crie ciclovias para as pessoas terem segurança de circular de bicicleta... Isso pode ser uma plataforma da política... não sou eu que vou definir, quem vai definir é o comitê que estará se reunindo nesta segunda-feira, amanhã, depois de amanhã, na feirinha de Tambaú, às 8 horas da noite.

B - Mas é verdade que você vai dar ênfase à questão ecológica?

H - Ah, claro, porque esta cidade é essencialmente verde. Se nós não defendermos esse valor que é tão pouco... que existe tão pouco em todo o Brasil, nossa cidade se destaca pelo verde, nós teremos mais uma selva de pedras como já estão construindo. Então nossa campanha vai ser basicamente em cima do verde, da ecologia e dos direitos individuais das pessoas.

B - E para finalizar nosso programa, estaremos reprisando às 5 horas da tarde, não esqueça... avise aos amigos que a Rádio Tirana volta ao ar hoje, domingo, 16 de janeiro de 1988, às 5 horas. Então Henrique, muito obrigado...

H - Domingo não, sábado.

B - Ah, hoje é sábado... desculpe (risos). Então até as 5 horas da tarde.

H - Peraí, mas tem uma música antes.

B - Pois é, agora, mas não precisa anunciar não. Vamos ressuscitar uma defunta (risos).

Música “Datemi un martello”, com Rita Pavone.

B - E atenção: lembramos aos nossos ouvintes que a Rádio Tirana volta às 5 horas da tarde de hoje. Sintonize entre 100 e 101 Mhz FM; nós não estamos funcionando em estéreo ainda, está histórica, em mono. Mas, 5 horas, não esqueça, Rádio Tirana está no ar.

CORO - Rádio Tirana, Rádio Tirana!

L - Aqui é Rádio Tirana... Alô mamãe, aqui é Rádio Tirana, esteja às 5 horas.

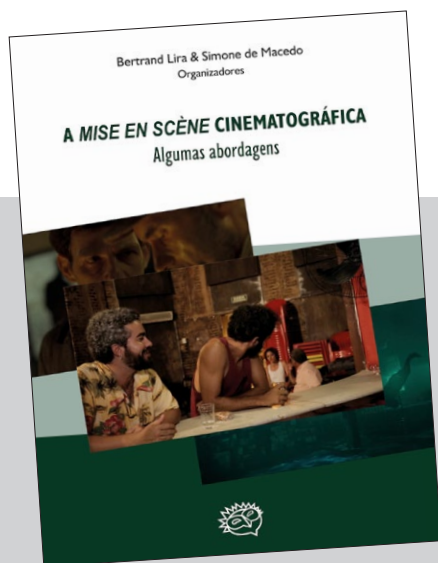
Repete trecho da música anterior.



Bertrand Lira

Professor Doutor do Departamento de Mídias Digitais e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduado em Comunicação Social e Mestre em Sociologia também pela UFPB. Realizador, dirigiu diversos documentários de curta, média e longa-metragem em super-8, 16mm e vídeo (“Bom dia Maria de Nazare´”, “O senhor do engenho”, “Crias da Piollin”, “Homens”, “O rebeliado” e “O diário de Márcia”, entre outros), premiados em festivais no Brasil e no exterior, entre eles o JVC Grand Prize do 26º Tokyo Vídeo Festival e o Excellence Award do JVC Tokyo Vídeo festival de 2004. Foi aluno de estágios em documentário no Atelier de Réalisation Cinématographique (VARAN) em Paris (1982 e 1986). Autor dos livros “Fotografia na Paraíba: Um inventário através do retrato (1850-1950)” (1997), “Luz e Sombra: significações imaginárias na fotografia do cinema expressionista alemão (2013)” e “Cinema *Noir*: a sombra como experiência estética e narrativa” (2015).

Mais livros de Bertrand Lira pela Marca de Fantasia



A mise en scène cinematográfica: algumas abordagens

Bertrand Lira & Simone de Macedo

(orgs.)

2019, 194p.

Edição digital



O Super-8 na Paraíba: anos de produção e rebeldia

Bertrand Lira

2021, 46p.

Edição digital



<https://www.marcadefantasia.com>